


## O positivismo no retrovisor das teorias do ensino de História


### *Positivism in the rearview of history teaching theories*

Tiago Alinor Hoissa Benfica

 <https://orcid.org/0000-0003-3059-0665>

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

Eudes Fernando Leite

 <https://orcid.org/0000-0002-2934-0522>

Universidade Federal da Grande Dourados

**Resumo:** O trabalho investiga a representação do termo “positivista” entre os historiadores ligados ao campo do ensino de História no final do século XX. Sob a perspectiva histórica, procura-se compreender o que era considerado positivismo, naquele momento. Para realizar a proposta do artigo, debruça-se sobre algumas produções sobre o ensino de História, visando identificar relações entre a noção de positivismo e sua presença nesses livros. Constata-se certa distinção entre o conceito de positivismo e seu emprego nos trabalhos observados. Verificou-se o uso pejorativo do rótulo positivista para definir autores que não se autoidentificavam como pertencentes a essa corrente teórica, entendido aqui como uma estratégia retórica acusatória e depreciativa, motivada por discordâncias político-ideológicas no contexto da redemocratização do Brasil.

**Palavras-chave:** Epistemologia. Axiologia. Ciência.

**Abstract:** This paper investigates the representation of the term “positivist” among historians involved in the field of History teaching at the end of the 20th century. From a historical perspective, we seek to understand what was considered positivism at that time. To carry out the article’s proposal, we focus on some productions on History teaching, aiming to identify relationships between the notion of positivism and its presence in these books. We note a certain distinction between the concept of positivism and its use in the works observed. We observed the pejorative use of the positivist label to define authors who did not identify themselves as belonging to this theoretical current, demonstrating a certain accusatory and derogatory rhetorical strategy, motivated by political-ideological disagreements in the context of the redemocratization of Brazil.

**Keywords:** Epistemology. Axiology. Science.

### Introdução

O modelo filosófico proposto por Auguste Comte, em meados do século XIX, denominado de “positivismo”<sup>1</sup>, possui como fundamento a intenção de abarcar um

---

<sup>1</sup> Auguste Comte não foi o primeiro pensador a utilizar-se do termo positivismo. Saint-Simon, influenciador de Comte, já empregava o termo “positivo” para se referir ao método científico e para a política que deveria se tornar “positiva”. Para uma leitura sobre a aproximação do pensamento desses dois autores, ver: FERNÁNDEZ, Alberto José; PALLADINO, Gustavo Hernán. El primer Positivismo. Algunas consideraciones sobre el pensamiento social en Saint Simon y Comte. *IX Jornadas de Sociología*. Faculdade de Ciências Sociais,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

conhecimento certo, seguro, preciso, um movimento direcionado a evolução e ao progresso. Na teoria do conhecimento, busca-se destacar com precisão a descrição do conhecimento como sendo compatível com o fenômeno observado, isto é, o conhecimento para ser aceito como científico precisaria estar devidamente correlacionado ao objeto de estudo. O positivismo é propositivo, construtivo e organizativo; desta forma, ele está em contraste com o conhecimento negativo, desconstrutivista ou fruto da especulação metafísica (COMTE, 1988; ARANA, 2007; RIBEIRO, 1996). Pretende ser a filosofia que sintetiza a natureza da ciência, advogando um discurso que se eleva das particularidades culturais em direção à universalidade da razão; dessa forma, apresenta um tom otimista com relação à capacidade humana de produzir um discurso que abarque no universal a ideia de humanidade. Assim, a Humanidade, na esfera da moral, poderia dispensar a necessidade da religião no processo de agregação social.

O historiador Francisco Falcon (1997, p.106) escreveu que o positivismo “era o ‘saco de pancada’ [dos historiadores] a respeito do qual todos estavam praticamente de acordo em bater, enquanto se apropriavam dos seus métodos de crítica documental”. Essa observação marca o incômodo com o emprego do positivismo de forma pejorativa e inadequada. Daí vem a questão que serviu de “fio de Ariadne” deste texto: Por que o positivismo foi eleito o “saco de pancada” de alguns historiadores, como um adjetivo pejorativo no campo da história?

Segundo Michel Löwy (2018, p.12), a ideia central da corrente positivista é “separar os julgamentos de fato dos julgamentos de valor, a ciência da ideologia”. Com esse entendimento, haveria espaço, no pensamento positivista, para uma distinção entre uma epistemologia e uma axiologia. Mesmo historiadores ligados aos *Annales* permaneceram nessa condição ambígua na qual se confunde ideologia e epistemologia: “o conflito entre os marxistas e os *Annales* é, portanto, duplo: ideológico e epistemológico. Geralmente, os marxistas reduzem o epistemológico ao ideológico, não os distingue, o que dificulta ainda mais a interlocução entre ambos.” (REIS, 2010, p.124).

O problema aqui é conhecer o significado do termo positivismo entre os historiadores, sobretudo os que marcaram época enquanto autores e organizadores de algumas coletâneas sobre o ensino de História, para, então, tentar responder duas questões: 1- Existe uma correlação entre aquilo que os historiadores tomaram enquanto positivismo com aquilo que os positivistas de fato escreveram? 2 - O uso do termo positivista arrasta consigo uma estratégia retórica utilizada como categoria acusatória? Para responder a essas questões, nas próximas páginas estão algumas características da filosofia positivista no âmbito da teoria do conhecimento e na contribuição para a filosofia moral e a política, para depois expor a análise de sete obras, na maior parte coletâneas, que já foram leituras obrigatórias no campo do ensino de História.

### **Positivismo enquanto filosofia da ciência/teoria do/a conhecimento/epistemologia**

É característica fundamental do positivismo a ideia de demonstrabilidade, ou seja, a observação controlada como etapa da construção do conhecimento científico. A vertente mais conhecida ou mesmo clássica do positivismo é a empírica. Dentro desta perspectiva, o

---

Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<https://www.aacademica.org/000-034/770>>. Acesso: mar. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

método do conhecimento científico é *a posteriori*, e neopositivistas mais radicais, como Moritz Schlick, afirmam que não há “juízos sintéticos *a priori*”, discordando com contundência de Immanuel Kant. Quando o positivismo se afasta do empírico, em direção ao conhecimento mais abstrato, é feita a distinção entre as “proposições analíticas/proposições empíricas [que] corresponde a distinção ciências formais/ciências empíricas” (ARANA, 2007, p.99). O fundamento empírico na filosofia positivista é tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e para a sua afirmação a teoria de Comte exibe um contraste claramente antimetafísico, isto é, o mundo que não é acessível pela experiência não é objeto da ciência: “diz o positivismo lógico, as afirmações da metafísica são sem sentido. São menos que falsas: são sem sentido” (ARANA, 2002, p.107). A ciência detém-se no que lhe é acessível: atém-se ao dado.

No pensamento comteano, há um claro evolucionismo na classificação das ciências que, partindo das ciências formais, abstratas, reconhece, posteriormente, o desenvolvimento das empíricas, como a biologia e a química; já o último degrau do conhecimento a ser construído seria o da sociologia. Um dos herdeiros de Comte, Émile Durkheim (2001), o pai da sociologia acadêmica – cuja primeira grande obra, *As regras do método sociológico*, foi publicada no final do século XIX, – tem como um dos princípios da sua teoria o conceito de “fato social”, que indica que o cientista social precisa tratar os fatos como coisas, ou seja, como dados, matéria prima para o objeto do sujeito cognoscente (pesquisador). Nessa perspectiva, o conjunto de crenças e avaliações prévias dos indivíduos deveriam ser postas em suspensão para conseguir melhor descrição e apreensão do fenômeno social. Contudo, “ater-se ao dado não quer dizer necessariamente parar na imediatividade do dado”, pois é o tratamento metodológico que conferiria às informações o ascender ao status de confiabilidade científica (ARANA, 2007, p.51).

Uma vez efetuada a devida observação do fenômeno/objeto, o método positivista aponta para a necessidade de procurar variáveis e identificar padrões de sucessão e de semelhança para conseguir um conhecimento seguro, a ponto de ser possível fazer previsões: essa é a busca de leis da ciência. Portanto, a capacidade de produzir um conhecimento eficaz é a assertividade das previsões de maneira estatística aproximativa (COMTE, 1988). Esse é o núcleo do pensamento positivista: observação, análise e experimentação, controle, previsão dos fenômenos. A previsibilidade aproximada é o que carrega a ideia de leis, a explicitação constante das relações que existem entre os fenômenos.

### **Enquanto Filosofia Prática: política, ética... e religião**

O positivismo tem na teoria dos três estados o exemplo do fim da providência histórica, baseada em um organicismo, que refletiria as fases do desenvolvimento não apenas da sociedade, mas também do homem individual e do pensamento científico. Os três estados são: 1- teológico-fictício; 2- metafísico; 3- positivo-científico. No primeiro, o estado teológico, a humanidade busca dar explicações para os fenômenos naturais por meio de ficções espontâneas, narrativas mitológicas, desprovidas de qualquer prova. Esse estado é provisório, e é dividido em: a) fetichista, b) politeísta, c) monoteísta. Já o segundo estado, o metafísico, traz abstrações personificadas ou entidades como tentativas de explicar os fenômenos naturais, passando à argumentação laica até a síntese da prova; ele é também de temporalidade transitória, não se revelando na história de modo totalmente linear, sendo



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

encontrado exemplos dele desde a Grécia Antiga à Idade Moderna, e é esta seção da teoria a que menos recebeu atenção de Comte, cuja principal característica é a metamorfose do pensamento religioso ao pensamento científico. O terceiro estado é homônimo à própria escola filosófica, é ponto de chegada do pensamento, lugar definitivo, que deve se debruçar sobre si mesmo, a fim de que se extraia a exata apreciação da realidade exterior. (ARANA, 2007; COMTE, 1988)

Tanto o positivismo quanto o marxismo – com a sua “linha do tempo” dos modos de produção – são filosofias materialistas, propositoras de teleologias e que manifestam forte influência no pensamento ocidental. São filosofias do século XIX e, sendo produtos de um tempo histórico, sofrem mutações e produzem ramificações, a exemplo do que ocorreu com o marxismo e a geração das tendências leninistas, trotskistas, althusseriana e da Escola de Frankfurt. Da mesma forma, não se pode imaginar ser o positivismo um bloco monolítico ou uma seita sectária incrustada na historiografia. Por isso, a ideia de progresso ou evolução da humanidade, sistematizada na teleologia de Comte na lei dos três estados, é refutada por Durkheim (2001, p.45):

supondo que esta evolução existe [...] com efeito, a prova de que se trata de uma representação subjetiva está no fato de esse progresso da humanidade não existir. O que existe, a única coisa que se pode observar, são sociedades particulares que nascem, se desenvolvem e morrem independentemente umas das outras.

João Ribeiro (2001) já apontou que existem diferenças dentro do positivismo na projeção do papel do Estado feito por Auguste Comte – o governo é necessário e essencial – e por Herbert Spencer – o governo é um mal necessário e provisório. Das ideias de Comte há encadeamentos com correntes evolucionistas, o positivismo dissidente, o determinismo, o experimentalismo, e a constitucionista norte-americana com “programas liberal-democráticos” (RIBEIRO, 2001, p.53).

Ainda no campo da política, o positivismo possui aproximações e afastamentos com o liberalismo que pode soar contemporâneo para certas correntes, uma vez que o individualismo é criticado e relegado em benefício do interesse do social, e o positivismo esvazia a ideia de direito natural para acentuar os aspectos do dever: “o homem só existe individualmente como membro de outros grupos” (RIBEIRO, 2001, p.26).

O positivismo se distancia de princípios marxistas e liberais que colocam o sujeito como agente/personagem de modificação da sua realidade histórica, o que o marxismo se expressa pelo conceito de consciência de classe. Tal posicionamento é explícito no estruturalismo durkheimiano, que se opõe à “crença de que nos seria possível mudar, consoante nosso desejo, a ordem social, sem levar em consideração hábitos, tradições, constituição mental dos homens e das sociedades” (DURKHEIM, 1921, p.267, apud ARANA, 2007, p.91).

Talvez o aspecto mais criticado do positivismo comteano seja a tentativa de se criar artificialmente uma religião. Na verdade, o positivismo é laico ou ateu, e é como estratégia de preencher o papel social ocupado pela religião no quesito da convergência e da coesão grupal que Comte propôs a Religião da Humanidade à sociedade que alcançasse o estado positivo. Nessa filosofia religiosa, o homem não é visto como uma espécie em degeneração rumo à extinção ou ao julgamento final, mas sim é orientado à redenção na própria terra, o que seria visualizado mediante uma teleologia evolucionista.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Com a proposta da Religião da Humanidade, Comte idealiza a política, o papel da mulher na sociedade e atribui o comando da sociedade a uma sociocracia, com proeminência dos sociólogos. Para o sacerdote, idealizou-se ele como “o moderador normal da vida pública, como a mulher o da vida privada”, e ele também seria o ouvidor do proletário (COMTE, 1988, p.202).

Independentemente da rejeição da proposta de se criar uma religião, Comte deixou bem claro que a religiosidade não deve ser negligenciada nas ciências sociais: “Em uma palavra, a Humanidade substitui definitivamente a Deus, sem esquecer jamais seus serviços provisórios” (COMTE, 1988, p.24). Assim, o papel da religião é o de congregar as individualidades, para então enfrentar o grande problema humano: subordinar o egoísmo ao altruísmo” (COMTE, 1988, p.194).

### Positivismo no ensino de História

Na década de 1980, com a crise da ditadura militar brasileira e a consequente redemocratização, o mundo acadêmico intensificava uma dimensão antes negada: a militância política em todas as esferas do social, da mudança progressista, do “otimismo pedagógico”, que se auto proclamava “crítico”. Na universidade pública, delineava-se um ajuste de contas com o passado, com aquilo que incomodava no presente, com o passado que trazia a continuidade da concentração de riqueza e de poder. A ideia de uma “revolução social” reaparece na formação de professores. E, na esfera teórica, quem seria o inimigo da pretendida revolução? No campo historiográfico e pedagógico, o escolhido foi o positivismo.

Um exemplo do que seriam as características do positivismo foi descrito pelo historiador e organizador da coletânea *O ensino de história e a criação do fato*, publicada pela primeira vez em 1988: “Ciência, no sentido positivista, suposta detentora de verdades universais e definitivas, imutáveis e indiscutíveis. E do passado, pois a História não tem, para muitos, nenhum compromisso com o presente, já que só se preocuparia com ‘o acontecido’” (PINSKY, 2009, p.9). O positivismo, nesses termos, era considerado uma forma de apego ao evento ocorrido, sem maiores compromissos com o tempo presente.

As obras selecionadas<sup>2</sup> para análise neste trabalho foram publicadas por volta da década de 1990, embora algumas tiveram a primeira edição ainda na década de 1980; a maioria das obras teve novas edições no início dos anos 2000. A escolha delas tem como principal motivo de seleção o contexto de sua publicação, pois nas décadas de 1980 e 1990 se configuravam grupos acadêmicos que dão corpo à área do ensino de História. Os livros analisados ainda são bastante citados em teses e dissertações que versam sobre o ensino de História ou acerca da história do ensino de História. Foi, conseqüentemente, um período importante na configuração de um campo dentro do campo, cuja principal característica seria dotar o ensino de história de uma identidade própria, marcada pela tarefa de formar pessoas comprometidas com alguma transformação social de perfil igualitarista.

Uma coletânea foi mantida nesta lista por se enquadrar no período recortado para

<sup>2</sup> As obras analisadas foram: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. [1ª edição: 1997]; LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir E. (orgs.). *A memória e o ensino de História*. [1ª edição: 2000]; MATTOS, Ilmar R. de (org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*. [1ª edição: 1998]; NIKITIUK, Sônia(org.). *Repensando o ensino de História*. [1ª edição: 1996]; PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. [1ª edição: 1988]; SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a História*. [1ª edição: 1984]; FONSECA, Selva G. *Caminhos da história ensinada*. [1ª edição: 1993]



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

análise, e não exatamente para exemplificar ou confirmar ou mesmo negar a hipótese do trabalho: é a obra *História do ensino da História no Brasil*, organizada por Ilmar de Mattos. É uma coletânea que faz jus ao nome: história do ensino. Grosso modo, diferente de outras obras analisadas, pois esta não apresenta um viés normativo/ideológico/propositivo para o ensino de História, mas faz uma síntese do que já foi prática um dia. Nessa coletânea, não foi encontrado o termo positivismo ou palavra derivada. Mas é a ausência que aqui chama atenção, o que foi explicado pelo autor de um dos textos, o professor Francisco José Calazans Falcon, que escreveu revisitando a própria memória enquanto docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil/FNFi-UB e com suporte de registros escritos; um deles, do final da década de 1950, aborda desafios elencados então na Instituição:

Busca de metodologia e filosofias próprias”. Era o reconhecimento daquele vazio teórico a que já me referi. Também neste caso a prática seria complicada uma vez que o início da influência da historiografia dos “Annales” coincidiria com a ‘entrada em cena do marxismo’. (FALCON, 1998, p.121).

Veja-se que o positivismo não foi citado como inspirador da historiografia hegemônica antes da “revolução” dos *Annales* ou do marxismo no Brasil. As observações de Falcon (1998) apontam para um movimento de inserção paralela das influências teóricas e metodológicas da conhecida Escola dos Annales e das compreensões advindas do pensamento marxista.

Em outra obra, *O saber histórico na sala de aula*, referida acima, na nota 2, a vinculação do positivismo como sendo o “outro” a ser superado ou em superação também aparece na temática do recorte temporal da pesquisa e do ensino, conforme constatação de Maria de Lourdes Monaco Janotti, mediante uma ponderação reflexiva:

temas recentes da História Imediata são mais prestigiados e acatados do que o estudo dos acontecimentos passados por significativos setores da pesquisa e do ensino, que pensa, assim, reagir contra o racionalismo positivista e marxista, ocultador das descontinuidades (JANOTTI, 2009, p.43).

A autora expõe uma percepção das práticas e tendências da área do ensino de História, e uma reação, ao que a mesma aponta, ao presentismo vivenciado no ensino da história<sup>3</sup>. Janotti (2009, p.48) faz um posicionamento contra hegemônico à tendência beligerante da época: “não é sem razão que autores importantes do início do século, como Seignobos, após terem sido rotulados indevidamente de positivistas, como se isso fosse um demérito (...) atualmente estão sendo relidos e revalorizados”. A análise da autora aponta para um problema de caráter epistemológico, uma vez que a remissão a um conhecido historiador pretérito, tomado e inserido sob o manto do positivismo, funcionaria como cunha responsável por obliterar análises mais sofisticadas da produção intelectual desse autor, produzindo um tipo de isolamento de fundo político-ideológico. Cabe observar que os reconhecidos historiadores Charles Langlois e Charles Seignobos integraram a denominada

<sup>3</sup> A respeito do presentismo, consultar o importante “Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo” (2013), do historiador francês François Hartog.



Escola Metódica. Outra observação: não é incomum o equívoco de se equivaler o historicismo alemão ao positivismo.

Charles Langlois e Charles Seignobos vivenciaram a chamada *Belle Époque* (1870-1914), quando certo otimismo com a ideia de humanidade e de civilização era comum nos meios eruditos franceses. No entanto, o termo positivista não cabia na autoidentificação dos autores, e uma leitura da obra *Introdução aos estudos históricos* é suficiente para entender o porquê lhes atribuíam a insígnia de “escola metódica”. Em alguns trechos da obra, fica patente a tradição erudita da qual eles faziam parte, e que foi referida por François Furet (1986). Na obra em tela, há outros trechos em que o afastamento do positivismo é explícito: “A história deve, portanto, fugir à tentação de imitar o método das ciências biológicas” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p.152). A ideia de que o produto científico receberia uma crença ingênua de que o historiador produziria um conhecimento “pronto e acabado” também não se encontra na referida obra: “Devemos ler os trabalhos dos historiadores com as mesmas precauções críticas de que nos cercamos quando lemos documentos” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p.161), isto é, interrogando-os de vários modos, lembrando-se da crítica interna e externa. A própria ideia de progresso é criticada pelos autores: “Da mesma concepção otimista de uma direção racional do mundo defluiu a teoria do progresso contínuo e necessário da humanidade. Embora perfilada pelos positivistas, não passa de mera hipótese metafísica. No sentido vulgar, ‘progresso’ é uma expressão subjetiva que serve para designar as transformações que se processam no sentido de nossas preferências” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p.201). Por fim, em várias passagens, é perceptível o afastamento dos autores das chamadas filosofias da história. Tal afastamento deixa patente o olhar sobre a escola metódica como a “herdeira” dos eruditos. A esse grupo, de acordo com a dupla francesa, foram atribuídas características subjetivas especiais, e o esforço dos historiadores metódicos na obra “Introdução aos estudos históricos” era tornar mais explícito os caminhos que os melhores eruditos e eles próprios traçaram no fazer história.

Na coletânea *A memória e o ensino de História*, Loraine Giron (2000, p.25) evoca contribuições de teóricos do positivismo acerca da teoria das representações sociais ou inconsciente coletivo: “para a filosofia sintética (positiva), a memória constitui um conjunto de representações reproduzidas, oriundas do inconsciente, quando a vivência anterior é reconhecida”. Reconhece-se a importância da memória enquanto ato cognitivo e responsável por articular sujeitos, experiências e contextos históricos nos quais as imagens do passado são elaboradas e, conseqüentemente adquire sentido no mundo social.

Em outra utilização do termo positivista, de modo não pejorativo, Elza Nadai (2009) toma como referência as palavras de François Furet, na obra *A oficina da História*, chamando de “revolução positivista” o que teria ocorrido no século XIX com a expansão da história enquanto disciplina. Essa disciplina possuía, de um lado, uma doutrina do progresso de tradição filosófica e, de outro, uma elaboração metódica com uma matéria, técnicas e fontes para a construção da história do Estado-nação. A elaboração do método histórico, com o estabelecimento do fato histórico<sup>4</sup> – que deveria ser apontado, datado e descrito –, passando também pela crítica interna e externa do documento, é uma conquista dos

<sup>4</sup> Furet não deixou de fazer críticas ao positivismo quanto a ideia de fato histórico, que associa a essa corrente uma “consciência ingênua” da realidade, por ser ele sozinho pobre de explicação ou mesmo ilusório (FURET, 1986, p.64).



eruditos e dos antiquários; já a filosofia moral aponta para a formação do cidadão em uma organização política, utilizando-se da ideia de progresso para explicar a mudança e a especificidade do Estado-nacional e do conceito de civilização para se pensar a universalidade da própria evolução. Portanto, era a busca de uma verdade a ser encontrada e uma lição – moral – a ser ensinada, o que dava à história um método, um objeto de ensino (o Estado-nação) e uma função social, a própria ideia de cidadania (FURET, 1986). Na obra de Furet (1986, p.132), o “método celebrado pelo positivismo” apresentava características de inovação no ensino, pois deveria “despertar o espírito dos alunos para a análise crítica, em lugar de se dirigir apenas à sua memória”.

### Da ideia de neutralidade e objetividade

A pretensão de se obter um conhecimento neutro, construído com base nos dados do mundo externo ao corpo humano, no qual as impressões subjetivas não contaminassem o conhecimento sistemático, causa incômodo em parte dos historiadores.

O historiador Marcos A. da Silva organizador da coletânea *Repensando a história*, refere-se ao embate do novo contra o velho no campo da história, e em sua escrita observa-se a utilização do binômio marxismo *versus* positivismo. Noutro livro organizado, ao tratar da hierarquia na estrutura do sistema educacional brasileiro, Silva (1984) apontava a ideia da natureza do conhecimento histórico, considerando-a um tipo de ideologia; por isso, ele avaliou que o positivismo pretendia ser um “conjunto neutro e asséptico, isento de contaminações pelo reino deste mundo, tão bem sintetizado na Ciência dos positivistas – para alguns, o princípio oposto da Ideologia”. (SILVA, 1984, p.18). Uma vez que o autor considera a “ideologia como prática de poder”, a ideia de ciência também seria em si uma ideologia, e, assim, não haveria a possibilidade ou mesmo o horizonte da neutralidade científica, já que todo o conhecimento é ideológico, e por isso, pertencente a um grupo de poder.

Dessa forma, no campo histórico, seria inútil a busca pela verdade a ser apreendida e contemplada, e o que seria legítimo era o reconhecimento da existência de um campo de disputa de valores políticos e sociais, de modo que a história engajada era vista como imperativo à prática docente. Tal prática é defendida por Michael Löwy (2018, p.30), autor marxista cuja escrita exhibe a necessidade de engajamento beligerante<sup>5</sup>: “enquanto o positivismo quer ‘naturalizar’ as ciências históricas, o stalinismo-lyssenkismo tenta ‘ideologizar’ as ciências da natureza”.

A concepção de um conhecimento científico tendo em vista um horizonte de neutralidade também desagrada à Selva Fonseca (2005, p. 91), baseada em suas interpretações de Langlois e Seignobos sobre o método histórico: “concepção de ciência fundamentada nas ideias positivistas do século XIX, a qual legitima esta divisão social do trabalho, bem como a autonomia e a neutralidade como garantia de objetividade”. Por sua vez, Elza Nadai (2009, p.31) em um de seus textos anota que o termo positivista também é utilizado para criticar a ideia de neutralidade para afirmar a necessidade de construir o

<sup>5</sup> A questão da beligerância ou da prática da militância no ensino de História é pouco discutida nos seus prós e contras no Brasil, embora seja bastante incentivada, uma vez que o compromisso do professor com causas referidas como progressistas é visto quase como um imperativo nos escritos sobre ensino. Um trabalho que apresenta a discussão sobre beligerância/combatividade e neutralidade no ensino é feito pelo espanhol Jaume Trilla Bernet (1955).



objeto: “o historiador, até então sujeito separado e independente do objeto de estudo, descobriu que também constrói o seu objeto de investigação, superando a ideia tradicional e ingênua de que os ‘fatos falam por si só’”. Nesses trechos, observa-se que a crítica recai sobre a pretensão de que o positivismo poderia oferecer um conhecimento puro, estranho ao mundo histórico, portanto isento de qualquer traço humano. Existiria, na pretensão positivista, uma possibilidade higiênica de produzir conhecimento histórico separado da própria condição humana – e histórica – do pesquisador.

Nesse movimento analítico, ao positivismo foi associado a ideia da pretensão de uma objetividade que não passava de idealismo; logo, não se deveria falar em objetividade, mas sim em controle da subjetividade: “o observador precisa esclarecer sua orientação, impossibilitando-o de esconder-se atrás da pretensa objetividade que lhe dá a tradicional apuração positivista (ou seja, o mito da neutralidade)” (RODRIGUES; PADRÓS, 2000, p.129). Os exemplos citados mostram que o desejo de objetividade ou neutralidade atribuído ao positivismo é tratado de modo pejorativo<sup>6</sup> ou mesmo com sarcasmo.

### Da ideia de agente histórico

Subsiste certo entendimento de que o domínio do conhecimento histórico – do conteúdo e de suas implicações na existência humana – é sim um tipo de condição potencializadora na atuação política humana, especialmente à ação coletiva. O domínio do conteúdo histórico deveria, pois, ser conjugado à perspectiva de mudança de uma futura historicidade. No entanto, a instrumentalização desse conhecimento é motivo de divergências acirradas. Para a esquerda política, os principais valores a serem promovidos são os de igualdade, liberdade e justiça social e econômica, valores apoiados pelos historiadores marxistas e também pelos dos *Annales*. Não obstante, nessa seara, o que se observa é um quase consenso de que “o positivismo está a serviço do conservadorismo e da reação” (CERRI, 1997, p.145). No horizonte do marxismo existiria uma cidadania voltada para a participação política com a perspectiva de propor mudanças rápidas e radicais. Outra forma de mudança social, quando necessária, baseada na perspectiva positivista seria mais lenta. Nessa leitura, o positivismo é tomado enquanto filosofia que avaliza intelectualmente a permanência e o conservadorismo social.

A partir disso, associar tradicionalismo e positivismo passou a ser uma característica identificada aos pais da escola metódica francesa. Progressivamente, as distinções entre um modelo epistêmico de construção e explicação do conhecimento acerca do passado passa a ser confundido com uma concepção ideológica, cuja finalidade seria contribuir na manutenção da ordem social e nas diferenças de classes sociais. O crescimento da perspectiva da historiografia francesa no Brasil também serviu para alimentar a confusão sobre as bases teóricas a tal ponto que considerar os *Annales* uma espécie de derivação do positivismo veio à tona, demonstrando por um lado o crescimento do campo da história e, doutro lado, a ideologização do debate teórico nesse mesmo campo. Mas, a grande

<sup>6</sup> Atualmente ainda é possível encontrar trabalhos que se utilizam do positivismo como categoria pejorativa, que o associa a práticas pedagógicas tradicionais e à historiografia considerada ultrapassada ou tida como teórica e metodologicamente inferior, conforme se observa na dissertação de Aline Marques de Freitas (2020). Nessa dissertação, sobrou até para a historiografia promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à implantação dos Estudos Sociais, ocorrida na década de 1970, a acusação de se guiarem por princípios positivistas. Ainda há, portanto, um patrulhamento de práticas e concepções de história e de ensino rotuladas de positivista e de tradicional.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

suspeição em relação ao positivismo seria sua finalidade político-ideológica no processo de manutenção da ordem estabelecida.

Além da historiadora Circe Bittencourt, outros autores buscaram mostrar que o positivismo seria favorável ao *establishment* na historiografia, para formar cidadãos passivos, e para tal, essa corrente promoveria no ensino o uso dos heróis nacionais ou mesmo do Estado como sendo esses os verdadeiros agentes históricos: “a historiografia tradicional, pautada na concepção positivista, que privilegiou a ação dos ‘heróis nacionais’, em detrimento de outros sujeitos históricos, teve respaldo na política de preservação patrimonial em nosso país” (ORÍ, 2009, p.135).

Ao realizar uma crítica à construção da identidade nacional pautada em nomes vinculados ao Estado brasileiro e pertencentes aos setores dirigentes, Nadir Helfer (2000, p.78) associa liberalismo ao positivismo, sem nenhum respaldo teórico explícito: “a concepção de História (...) nos planos de ensino dos professores é conservador e liberal-positivista (...) na figura do General Osório ou de Duque de Caxias, a concepção individualista de homens, confirmando a visão liberal, bem como o culto ao herói, ilustrativo da História positivista”.

Contudo, discordando do que foi dito logo atrás, conforme já foi apontado por Cerri (1997), a mobilização de sujeitos extraordinários para dar dignidade aos agentes históricos na forma dos heróis nacionais não é prática do positivismo, assim como não provém dessa corrente uma historiografia caracterizada por narrar “fatos isolados”, conforme explicitara o próprio Augusto Comte: “o verdadeiro campo que convém à nossa análise histórica deve somente conter os resultados mais gerais da exploração ordinária do passado, descartando toda apreciação demasiado detalhada” (COMTE, 1969, p.8, apud CERRI, 1997, p.143). Uma história, segundo os princípios de Comte, deveria ser essencialmente teórica, elaboradora de leis gerais e prevendo comportamentos sociais, e, assim, ela seria uma ciência auxiliar da sociologia!

### Fonte histórica, temporalidade e eurocentrismo

É comumente atribuída aos positivistas a associação entre fonte histórica legítima e o documento escrito, exemplificada por essas palavras contidas na Coletânea *Repensando a História* (SILVA, 1984): “aquela concepção sacralizada e positivista de que a História só aparece quando há documento escrito” (MARSON, 1984, p.54). No mesmo sentido, acompanha um texto da coletânea “A memória e o ensino de História” denominado História Imediata e Pensamento Único, que atribui ao positivismo a exigência da fonte escrita e do recuo temporal para o historiador chegar à neutralidade científica: “tal argumentação apoia-se numa valoração do velho positivismo que não reconhecia cientificidade a nada que fosse interpretação histórica contemporânea e que tratava o documento escrito como sendo a única fonte para o trabalho investigativo do historiador”. (RODRIGUES; PADRÓS, 2000, p.131). Para esses autores, na “perspectiva positivista”, o historiador precisa trabalhar com arquivo, que guarda os documentos oficiais, os papéis envelhecidos do Estado e dos homens ilustres (RODRIGUES; PADRÓS, 2000).

Antes de prosseguir, parece importante anotar que não há uma indicação explícita sobre qual seria a obra referência que afirma de modo contundente que a fonte histórica legítima seria apenas o documento escrito. Na obra *Introdução aos Estudos Históricos*, de Langlois e Seignobos (1946), a palavra documento é utilizada algumas vezes a mais do que



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

a palavra fonte, e por documento incluía-se também a categoria de objetos físicos, além do papel, e sem esquecer que a arqueologia surgiu no século XIX impressionando leigos e historiadores que a tratavam como ciência “auxiliar” da história, e havia ainda os museus que se tornaram elemento da cultura histórica de grandes cidades, que guardava ícones, objetos tecnológicos pretéritos, ferramentas etc. E, na tradição dos antiquários, a numismática e a heráldica por si só demonstram que o caráter de documento histórico era maior do que o simples documento escrito e explícito em suas intenções. Sendo assim, é importante ter em vista que a heurística e a hermenêutica fazia parte do cotidiano do historiador erudito da “escola metódica”. E, ainda, na nota de rodapé n. 16, há menção do “testemunho oral” que o investigador poderia tomar parte (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p.25).

Na obra *O saber histórico na sala de aula*, o positivismo também foi mencionado de forma negativa, quanto se buscou fazer uma afirmação por contraste ao que se deveria evitar: “segundo os princípios da História, denominada positivista, e numa perspectiva tradicional do ensino, o uso escolar do documento tem servido para destacar, exemplificar, descrever e tornar inteligível o que o professor fala” (SCHIMDT, 2009, p.61).

Coletâneas, por óbvio, encerram textos de autorias distintas e podem trazer compreensões teóricas diversas ou complementares. O fio condutor pode ser o tema ou até mesmo a origem dos escritos, o que significa reconhecer a complexidade e até mesmo a diversidade de abordagens – e autorias – a respeito de um grande tema sem que o resultado seja conciliador no que respeita às conclusões apresentadas nos capítulos. Mas o mérito dessas publicações está na diversidade que pode possibilitar ao leitor um olhar mais amplo tanto em relação ao tema, quanto às perspectivas analíticas existentes no interior de uma comunidade de pesquisadores. Uma coletânea pode permitir observar um problema a partir de lugares – teóricos, metodológicos, disciplinar – distintos, promovendo uma compreensão extensa sobre determinado assunto.

Com relação à temporalidade, de acordo com a lei dos três estados de Auguste Comte, o positivismo surge apresentando uma concepção temporal linear e evolutiva e é necessariamente eurocêntrico. Há críticas que relegam ao positivismo formulações de noções de tempo histórico associadas à ideia de progresso capitalista ou de evolução: “tempo histórico homogêneo, determinado pelo eurocentrismo e sua lógica de periodização baseada no sujeito histórico Estado-nação” (BITTENCOURT, 2009, p.23). Em texto de Elza Nadai e Circe Bittencourt (2009, p.97), as autoras sintetizam o que seria a concepção de tempo histórico em uma perspectiva positivista, conforme observado por elas na produção didática: “tempo linear, uniforme e evolutivo”.

As críticas ao eurocentrismo adicionam também ao positivismo o fato de desenvolver um ensino tradicional e conseqüentemente de má qualidade, pois estaria desvinculado da realidade do aluno, como se nota em um comentário de uma pesquisa sobre duas escolas: “comprovam a visão eurocêntrica, positivista de História, completamente desvinculada do cotidiano do aluno”. (HELLFER, 2000, p.60). A mesma autora citou Selva Fonseca (2005), que atribuía aos positivistas a responsabilidade pelo desprezo da história imediata que perdurou durante a maior parte do século XX devido a uma possível exigência de objetividade para conferir *status* de ciência: “vem da tradição positivista a definição da História como estudo do passado morto, separado do presente. (...) o estudo do presente é excluído do campo da história, pois carece de objetividade e cientificidade” (FONSECA,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

2005, p.15). Para reforçar esse argumento, Fonseca (2005) cita a obra *Introdução aos estudos históricos*, escrita por Langlois e Seignobos, em que interpreta uma frase que tratava do uso de fontes primárias e secundárias para daí justificar uma possível falta de interesse desses historiadores pela história do tempo presente. A frase em discussão é: “Seria preferível confessar desabusadamente a realidade. Uma ciência tão complexa quanto a história, onde é preciso acumular ordinariamente milhões de fatos, antes que uma conclusão possa ser formulada, não pode edificar-se sobre este perpétuo recomeçar” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p.161). Na mesma página, a autora evoca uma crítica de Walter Benjamin à concepção positivista na ideia de progresso, ideia essa que seria a do “tempo da dominação em contraposição ao tempo histórico” (FONSECA, 2005, p.16).

Aqui se entende que, no trabalho do historiador, não é possível recorrer na maioria das vezes às fontes primárias, o que seria um “perpétuo recomeçar”, mas sim que ele lança mão da bibliografia disponível sobre o assunto, o que já foi chamado de fontes secundárias e pelos autores denominados de “material de segunda mão”. Portanto, a discussão do método histórico não adentrava a questão de o historiador não poder discorrer sobre fatos do tempo presente, algo que nem era de interesse da dupla francesa. A citação em debate foi retirada da última seção do livro, denominada “Livro III - Operações Sintéticas - Capítulo I: Condições gerais da construção histórica”.

Um olhar mais empático sobre o texto de Langlois e Seignobos não corrobora a afirmação de que o historiador não deveria se debruçar sobre fenômenos do presente. Sem dúvida, os historiadores da virada do século XX se preocupavam mais em estudar temas mais recuados no tempo, fenômenos históricos da antiguidade e do medievo. Mas por que os historiadores tinham essa atração para objetos que se situavam em um passado mais recuado? Talvez por que as ciências sociais, como, por exemplo, a nascente sociologia, já se preocupava com o presente, seguindo a ideia de uma divisão do trabalho dentro das ciências humanas. No entanto, não parece que os autores cerceavam temas da história contemporânea, conforme observado nas palavras da dupla francesa:

A evolução das sociedades civilizadas se acelerou de tal modo nos últimos cem anos que, para a inteligência da sua forma atual, a história destes últimos cem anos importa mais que a dos dez séculos anteriores. Como explicação do presente a história se reduziria quase que ao estudo do período contemporâneo” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p.223-224).

### **O positivismo no ensino: tradicional e ruim**

Nas obras analisadas, não é difícil observar que o “positivismo” é frequentemente associado à inutilidade, algo muito parecido com o uso que se faz do termo “tradicional” (BITTENCOURT, 2009, p.16). Igualmente, é fácil encontrar julgamentos de valor como, por exemplo, acerca das aulas expositivas que, na opinião de Ubiratan Rocha (2001, p.55-56), contribui para formar alunos passivos: “esse tipo de ensino cai como uma luva para a visão positivista da História. Parece que foi feito para o outro. História linear, causal, evolutiva, política, dos vencedores, dos heróis, constituem, no seu conjunto, o alvo da preferência desse professor”. As afirmações duras do autor parecem ter se desgastado com o suceder do tempo, pois, passado uma década, na 8ª edição de 2012, elas foram retiradas completamente do texto (ROCHA, 2012).

Na virada dos anos 2000, Ubiratan Rocha não foi o único a perceber que professores



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

manifestavam tendências “positivistas”. Na mesma coletânea *Repensando o ensino de História*, há um texto escrito por Marília Cruz (2001) que expõe o resultado de uma pesquisa, realizada com alunos da pós-graduação em Educação, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, ou seja, profissionais possuidores de diploma de ensino superior e habilitados na licenciatura. Vamos para o que se constatou, partindo da primeira linha do texto da coletânea:

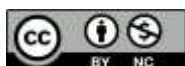
Uma concepção positivista da História, caracterizada pela ideia de um conhecimento absoluto, definitivo, pois comprovado pelos “fatos”. Transformações que ocorrem de maneira mecânica, num encadeamento de causas e consequências. A História, como um conhecimento global, organizando todo o passado da humanidade num *continuum* harmonioso, que sofre transformações em conjunto, como se a humanidade se constituísse num todo que evolui a partir de causas e consequências comuns. Enfim, há um conhecimento pronto, acabado, não passível, portanto, de questionamento. (CRUZ, 2001, p.67).

Na 8ª edição da coletânea *Repensando o Ensino de História*, de 2012, Marília Beatriz Azevedo Cruz acrescenta o nome de Rodrigo Lamosa como coautor. Os autores continuam afirmando que havia sido encontrada uma “concepção positivista da História que predominava na visão da maioria dos entrevistados”, mas retiraram os elementos que descreviam claramente o que seria uma concepção positivista da história. No entanto, os autores mantiveram, agora de modo implícito, a associação do positivismo ao “modelo tradicional de ensino”, a uma postura de “transmissão de conhecimentos” que seria composto por “verdades inquestionáveis” que desvaloriza o “saber do aluno e da sua realidade” (CRUZ; LAMOSA, 2012, p.72).

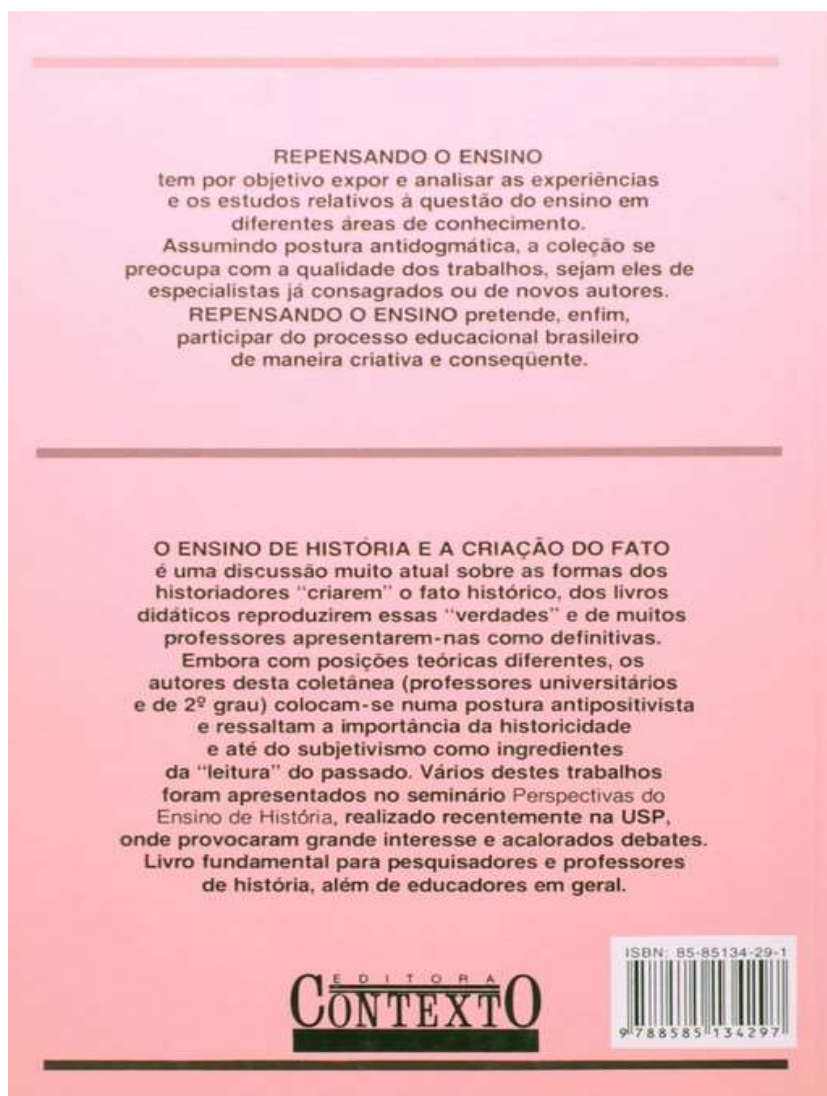
Em outra famosa obra, *O ensino de história e a criação do fato*, organizada por Jaime Pinsky, observa-se que da 9ª edição de 2001 foi extraído um texto presente na edição publicada em 2009, intitulado *Belas mentiras? A ideologia nos Estudos sobre o livro didático* de autoria de Maria Carolina Bovério Galzerani. O título do texto já é sugestivo de seu caráter provocativo; nele há menção de um tipo de categoria de livros didáticos rotulada de positivista, o qual se prestaria a apresentar dados e informações, aparentemente, o que revelaria a tentativa de neutralidade dos autores desses livros; entenda-se que, a postura de neutralidade, faria parte do “perfil” positivista.

Como mostrado até aqui, alguns textos das coletâneas analisadas podem apresentar diferenças na publicação nas novas edições: capítulos com trechos excluídos, ou, a exclusão de um capítulo, como foi o caso da obra *O ensino de história e a criação do fato*. Nesta obra, na contracapa, a versão mais antiga acessada para esta pesquisa, a 9ª edição de 2001, é reveladora, pois ela estampa qual era o alvo a ser atingido, exibindo claramente uma tonalidade beligerante no seu discurso:

Figura 1 – Contracapa do livro



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



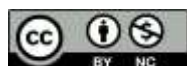
FONTE: (PINSKY, 2001).

A seguir o trecho que interessa à presente análise:

Embora com posições teóricas diferentes, os autores desta coletânea (professores universitários e de 2º grau) colocaram-se numa postura antipositivista e ressaltaram a importância da historicidade e até do subjetivismo como ingredientes da 'leitura' do passado (PINSKY, 2001).

Na edição mais recente consultada, os textos da contracapa acima foram retirados. A observação dos textos de Ubiratan Rocha e de Marília Cruz, presentes das primeiras edições das coletâneas, junto com a contracapa de edições mais "antigas" do livro *O ensino de história e a criação do fato* permitem inferir que, com o passar do tempo, o uso do termo positivismo como categoria acusatória e ferramenta beligerante foi sendo reduzido, pois algumas impropriedades parecem ter sido identificadas pelos autores dos textos das coletâneas.

Na obra anteriormente referida, Jaime Pinsky também faz relato de suas memórias: "A História positivista ensinada nas escolas era considerada (não sem certa razão) uma visão



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

reacionária da sociedade e os melhores estudantes faziam grupos de estudos [para ler autores marxistas]” (PINSKY, 2009, p.20-21). No entanto, a interpretação marxista da história que apareceu nos livros didáticos da década de 1980 também não era o que o autor desejava: “Substituiu-se o positivismo – com sua série desconectada de causas/efeitos – pela teleologia, em que há uma causa primordial para todos os fenômenos e a tendência dele para um fim necessário” (PINSKY, 2009, p.22-23). Entretanto, Pinsky não se referiu com exatidão qual seria essa historiografia positivista. É possível inferir, contudo, que o referido positivismo se manifestasse no formato de um saber histórico preocupado com eventos fundadores, personagens heroizadas e marcos cronológicos ressaltados.

Conforme as obras trazidas por este trabalho, no Brasil, as correntes historiográficas que são apresentadas com dignidade de existência são ligadas ou estão intimamente relacionadas ou ao marxismo ou à escola dos *Annales*. Entre essas duas correntes há debates e acusações mútuas na esfera da epistemologia e/ou da ideologia/axiologia. Esta última seria, de acordo com José Reis (2010, p.122), o hiato entre ambas, uma vez que os *Annales* seriam tecnocratas e se afastam de qualquer compromisso teleológico, da crença ou do progresso ou da revolução:

Os *Annales* pensam a história de modo metodológico, tecnológico, positivista, sem nenhuma apreciação negativa dessa opção teórica. Os *Annales* são neodurkheimianos nas duas primeiras gerações e antropológico-foucaultianos na terceira. Eles são neopositivistas, estruturalistas e pós-estruturalistas, e não apreciam o evento da mudança que ele representa. São anti-iluministas e antimarxistas, os *Annales* são antiprogressistas, antirrevolucionários, descontínuistas, não teleológicos.

O esforço de classificação de José Reis utiliza-se do termo positivista fora do escopo monolítico e maniqueísta, diferente do que foi feito por muitos autores das coletâneas analisadas. O positivismo trazido é o de tradição durkheimiana, que não coleciona “fatos desconexos”, ao contrário, ressalta a duração, a quase imobilidade do tempo das estruturas sociais tão celebrada pela “história das mentalidades”. É um “neopositivismo” que desconfia da capacidade otimista para a humanidade superar rapidamente os seus problemas sociais.

Com relação ao repúdio ao positivismo apontado até aqui, observa-se uma distinção clara com seu antagonista teórico: para o marxismo, a ideologia está incrustada no conhecimento científico ou acadêmico, e o conhecimento histórico é necessariamente ideológico. O positivismo permite uma separação, de um lado, do método que busca o conhecimento verdadeiro, o que pode ser chamado de epistemologia, e de outro lado, uma axiologia, dos valores e ideologias políticas, que tem todo direito de existir, mas que é distinguível: uma coisa é a epistemologia, outra coisa é a axiologia.

Sendo assim, considerar a pretensão positivista enquanto um conhecimento objetivo ou impermeável a ideologias, caracterizando-o como heresia, não é a única postura coerente adotada no campo acadêmico. A proposta de uma ciência social embasada nos critérios de neutralidade e objetividade não são conceitos que precisam ser tratados como se fossem párias, pois, na Teoria do Conhecimento existem correntes teóricas que advogam a possibilidade e métodos de se obter um conhecimento menos susceptível de crenças subjetivas.

A seguir, encontram-se as acusações equivocadas ao positivismo, representado, ao que tudo indica, como algo parecido a um “inimigo imaginário”:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

a) *documento escrito como única fonte histórica legítima e crença ingênua de que o documento representa o passado tal como existiu, de modo a constituir um conhecimento “pronto e acabado” do passado.*

Langlois e Seignobos, de tradição da *ars antiquaria* e erudita (FURET, 1986), identificados erroneamente de positivistas, apresentaram métodos de crítica documental, da hermenêutica, e até mesmo apontam a possibilidade de trabalhar com o “testemunho oral” na virada do século XX. Além disso, o rigor do método almejava proporcionar à história um conhecimento seguro, em evolução, em bases que reconhecia diferenças em comparação às ciências biológicas.

b) *ressaltar heróis e personagens políticos e colecionador de “fatos desconexos”*

Uma história com bases positivistas negaria a crença de um sujeito realizar mudanças conforme a própria vontade ou a do seu grupo sem levar em consideração hábitos e tradições da sua sociedade. Como foi apontado por Cerri (1997), o positivismo é uma história teórica, que buscaria apresentar resultados gerais, e não ressaltar uma personalidade. A divergência sobre o conceito de agente histórico é um campo de batalha legítimo, mas que foi travado com “inimigos imaginários” ou mal nomeados. O positivismo referido por Cerri é o de tradição durkheimiana, que não coleciona “fatos desconexos”, ao contrário, o que ressalta é a duração, a identificação dos padrões nos fenômenos sociais.

c) *história como conhecimento do passado “morto”*

Não foi encontrado na literatura consultada qualquer autor que afirmasse que o conhecimento histórico deve ficar recuado no tempo. Em Comte, ao contrário, sua proposta de sociologia visava a entender e a intervir em problemas do tempo presente. Langlois e Seignobos (1946) exaltaram a importância da história contemporânea para a compreensão da própria contemporaneidade. Talvez tenha existido uma divisão de trabalho implícita ou mesmo uma concorrência entre a História e a Sociologia, mas não foi verificado a recomendação de que o historiador deve se ater a um passado distante.

d) *teoria monolítica*

Considerando que a filosofia positivista inicia-se com Comte, pode-se destacar que a sua fase clássica inclui também os escritos de Durkheim, e já entre esses dois autores é possível notar algumas diferenças, e ainda muitas outras seriam verificadas nos autores considerados neopositivistas. Essa é uma atenção necessária a ser apontada: o positivismo também é um corpo teórico dinâmico, o que fica patente quando se verifica as obras de Arana (2007), Ribeiro (1996) e Reis (2010), e ainda pode ser citado o positivismo lógico em seu Círculo de Viena, que não tem preocupações de natureza historiográfica. Contudo, muitos historiadores do ensino de História trataram o positivismo como teoria monolítica, escrita há mais de um século.

## Considerações Finais

Neste artigo buscou-se condensar as principais características da filosofia positivista, para, em seguida, comparar as suas apropriações e representações efetuadas por historiadores, a maioria deles ligada ao ensino. A principal contribuição do positivismo situa-se no campo da epistemologia ou teoria do conhecimento, ramo da Filosofia no qual o positivismo busca sintetizar os princípios gerais do método científico, baseado nos conhecimentos que exigem a observação direta ou indireta do fenômeno, buscando a previsibilidade e possibilidade de intervir no objeto.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

No campo da Filosofia acadêmica, o positivismo é uma teoria respeitada, embora seja referida por alguns como uma teoria ingênua, sobretudo em sua fase clássica, devido a uma aparente crença descuidada na ideia de realidade e objetividade. Não obstante, existem os neopositivistas como, por exemplo, Karl Popper, Moritz Schlick e Rudolf Carnap do positivismo lógico, suficientes de serem citados para afirmar que o positivismo não é um bloco monolítico; seus princípios passam por modificações e ajustes e continuam influentes na teoria do conhecimento, tanto nas ciências de observação (factuais) como nas ciências lógicas (tautológicas). Mesmo na sociologia e entre positivistas como Émile Durkheim, há a recusa de certos princípios de Comte, como, por exemplo, a ideia da lei dos três estados, identificada por Durkheim como crença metafísica; no entanto, ainda nos dias atuais, a autoidentificação ou o reconhecimento por outros acadêmicos de um autor positivista é suficiente para iniciar um mecanismo discursivo de desqualificação, tanto no campo da história quanto na educação, muitas vezes com argumentos que não resistem a uma verificação cuidadosa.

Aqui, observou-se nas obras elencadas da área do ensino de História que, na grande maioria das vezes, o positivismo é evocado para ser utilizado como categoria acusatória, com a finalidade de recusar alguma relevância ao texto criticado. Poucos foram os autores da área do ensino de História que evocaram o positivismo para ressaltar alguma contribuição nos estudos das ciências sociais. Das sete obras analisadas, apenas uma não fez referência ao positivismo, e das seis obras que o fizeram, em todas elas há referências negativas. Das referências analíticas sobre o positivismo, que não foram escritas tendo em vista juízo de valor, destacam-se os nomes de Loraine Giron, Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Elza Nadai<sup>7</sup>. Esta última, no entanto, também chegou a fazer críticas aligeiradas ao positivismo.

Em relação às acusações dirigidas ao positivismo, em que ponto elas são congruentes, ou seja, são de fato verificadas nas ideias do positivismo clássico de Comte? Na esfera dos valores, da ideologia, ou da axiologia, naquilo que Jaume Trilla Bernet (1995) denomina de temas controvertidos, as críticas estão sim respaldadas nos escritos de Comte, como, por exemplo, nos princípios e ideias eurocêntricas da lei dos três estados e da ideologia do progresso capitalista, na visualização de ideias machistas e também um certo conservadorismo social.

Não obstante, algumas críticas possuem tonalidades demasiadamente fortes, deixando de referenciar que os escritos de Comte são produtos do seu próprio tempo; tal ímpeto deletério por vezes encobre elementos progressistas então defendidos pelos positivistas, tal como a laicidade do Estado e o pacifismo, que Comte ousou sonhar como sendo resultado da sociedade industrial, embora com o fim da *Belle Époque* tal desejo demonstrou ser uma fantasia. Destarte, alguns conceitos caros ao positivismo não deveriam entrar no index de palavras censuradas, tal como progresso e civilização: são eles exemplos que propõem temas controvertidos, dignos de discussão, que dizem respeito a uma filosofia da história; do contrário, a recusa em considerar legítimo tais temas pode acarretar na aceitação passiva do niilismo e da ideia de decadência iminente da humanidade.

Já a respeito das questões metodológicas, verificou-se maior inconsistência nas críticas, pois, muitas acusações feitas ao positivismo não estavam respaldadas nos escritos

<sup>7</sup> Elza Nadai foi orientanda de Maria Janotti no mestrado e no doutorado, ambos realizados na Universidade de São Paulo.



apontados como sendo de autores positivistas. Por exemplo, Charles Langlois e Charles Seignobos, autores “acusados” de serem positivistas, deixam explícito o afastamento do positivismo clássico e de ideologias políticas. Para esses autores, o modelo historiográfico à luz de seu tempo deveria obedecer a certos princípios responsáveis por conferir maior rigor à produção dos “estudos históricos” e, portanto, na direção do alcance de resultados confiáveis ou científicos. Repunha-se, assim, a grande demanda da produção do saber na virada do século XX: o conhecimento científico.

O que foi verificado possui relação com o fenômeno das disputas teóricas entre correntes em busca da hegemonia na formulação de um pressuposto teórico – e político – na educação brasileira. Nas décadas de 1980 e 1990, o marxismo fazia parte da base da estrutura teórica do ensino, que lhe dava sustentação ideológica e metodológica nos embates contra o modelo de história heroizante. Sendo assim, verificou-se, parafraseando o conceito de tipo ideal de Max Weber (2004), que o positivismo já foi um tipo de “anti-herói” no ensino de História, uma criação teórica idealizada para se referir àquilo que se desejava evitar, de modo a nomear, identificar e combater o “inimigo”. Daí que o termo “positivismo” aparece constantemente associado à palavra “tradicional”, ou mesmo “oficial”, quando designa a “história oficial”.

O emprego da palavra “positivismo”, em tom acusatório e de detração, responde a uma condição específica e historicamente identificada na história do ensino de História no Brasil. Está vinculada à saída do regime militar, à disputa pela hegemonia no campo da produção, da difusão e do ensino de História, às demandas pela expansão de cursos formadores de licenciados em História e, não menos expressivo, ao desenvolvimento de uma historiografia de ofício no país. Não é extemporâneo apontar que esse movimento implica na forja de uma identidade para os viventes do campo histórico, no qual não é incomum o uso da palavra “historiador” para definir o professor licenciado em História, dotando e conectando esse indivíduo a certo lugar de pertença e a um tipo de fazer especializado e politicamente referido.

## Referências

ARANA, Hermas Gonçalves. *Positivismo: reabrindo o debate*. Campinas: Autores Associados, 2007.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª edição. São Paulo: Contexto, 2009, p.11-27.

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CERRI, Luis Fernando. As concepções de história e os cursos de licenciatura. *Revista de História Regional*. UEPG. N 2 (2). p.137-152, 1997.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [Coleção Os Pensadores].

CRUZ, Marília Beatriz Azevedo. O ensino da História no contexto das transições paradigmáticas da História e da Educação. In: NIKITIUK, Sônia (org.) *Repensando o ensino*



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

de História. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2001, p.67-76.

CRUZ, Marília Beatriz Azevedo; LAMOSA, Rodrigo. O ensino da História no contexto das transições paradigmáticas da História e da Educação: um balanço após quinze anos. In: NIKITIUK, Sônia (org.) *Repensando o ensino de História*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, p.71-84.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.91-126.

FALCON, Francisco José C. A cadeira de História Moderna e Contemporânea e o ensino e a pesquisa históricos na FNF-UB. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos (org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998, p.111-134.

FONSECA, Selva G. *Caminhos da história ensinada*. 8ª edição. Campinas: Papyrus, 2005.

FREITAS, Aline M. *Concepções historiográficas e ensino de história: representações das práticas docentes (Caxias do Sul/ RS, 1997-2019)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2020.

FURET, François. *A Oficina da História*. Tradução Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa, Editora Gradiva, 1986.

GALZERANI, Maria Carolina B. Belas Mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.105-109.

GIRON, Loraine S. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (orgs.). *A memória e o ensino de História*. São Leopoldo: Edunisc, 2000, p.23-38.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do Tempo*: Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HELPER, Nadir E. A memória do ensino de História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (orgs.). *A memória e o ensino de História*. São Leopoldo: Edunisc, 2000, p.53-96.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. História, política e ensino In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª edição. São Paulo: Contexto, 2009, p.42-53.

LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São. Paulo: Renascença, 1946.

LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (orgs.). *A memória e o ensino de História*. São Leopoldo: Edunisc, 2000.

LOWY, Michael. *Marxismo contra positivismo*. Tradução de Reginaldo Di Piero. São Paulo: Cortez, 2018.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos Antônio



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

(org.). *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero /ANPUH, 1984, p.37-64.

NADAI, Elza. O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2009, p.27-36.

NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-120.

NIKITIUK, Sônia (org.). *Repensando o ensino de história*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. *Repensando o ensino de história*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª edição. São Paulo: Contexto, 2009, p.128-148.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *O ensino de história e a criação do fato*. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

PINSKY, Jaime. Nação e ensino de História no Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2009, p.11-26.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010.

RIBEIRO, João. *O que é positivismo*. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sônia (org.) *Repensando o ensino de História*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2012, p.51-70.

\_\_\_\_\_. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sônia (org.) *Repensando o ensino de História*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2001, p.47-66.

RODRIGUES; Gabriela; PADRÓS, Enrique S. História Imediata e Pensamento Único. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (orgs.). *A memória e o ensino de História*. São Leopoldo: Edunisc, 2000, p.123-140.

SCHMIDT, Maria A. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª edição. São Paulo: Contexto, 2009, p.54-66.

SILVA, Marcos A. da. A vida e o cemitério dos vivos. In: SILVA, Marcos Antônio (org.). *Repensando a História*. 3ª edição. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1984, p.15-24.

TRILLA, Jaume. Educación y valores controvertidos: Elementos para un planteamiento normativo sobre la neutralidad en las instituciones educativas. *Revista Iberoamericana de Educación*, nº 7, OEI, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

### Notas de autoria

Tiago Alinor Hoissa Benfica - Doutor em História pela Universidade Federal de Grandes Dourados (UFGD). Professor da educação básica na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, município de Rondonópolis-MT. E-mail: tiagoalinor@gmail.com

Eudes Fernando Leite - Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor de graduação e de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: eudesleite@ufgd.edu.br.

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

BENFICA, Tiago Alinor Hoissa; LEITE, Eudes Fernando. O positivismo no retrovisor das teorias do ensino de História. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 52, p. 124-143, 2025.

### Contribuição de autoria

Não se aplica

### Financiamento

Não se aplica

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

### Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### Histórico

Recebido em 18/12/2024

Aceito em 19/03/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)